



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2º	LICENCIADO NO 10.000.000.000
C	De 28.07.1994
C	—
Liberado	

Processo n° 13985.000040/92-21

Sessão de : 05 de janeiro de 1994 ACORDÃO N° 201-69.177  
Recurso n°: 92.506  
Recorrente: CEVAL ALIMENTOS S/A  
Recorrida : SRRF - 9ª REGIÃO FISCAL

IPI - RESSARCIMENTO DE CREDITOS - Exauridas as instâncias próprias, antes da MP n° 367, de 29/10/93, não se toma conhecimento do recurso, por legalmente incabível. **Recurso não conhecido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **CEVAL ALIMENTOS S/A.**

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em não conhecer o recurso, por estarem exauridas as instâncias próprias antes da Medida Provisória n° 367/93.

Sala das Sessões, em 05 de janeiro de 1994.

EDISON GOMES DE OLIVEIRA - Presidente

HENRIQUE NEVES DA SILVA - Relator

CARLOS ALBERTO MEDEIROS COELHO - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 23 FEV 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LINO DE AZEVEDO MESQUITA, SERGIO GOMES VELLOSO, SARAH LAFAYETTE NOBRE FORMIGA (suplente) e SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK.

/ovrs/



## MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

## SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 13985.000040/92-21

Recurso nº: 92.506

Acórdão nº: 201-69.177

Recorrente: CEVAL ALIMENTOS S/A

## R E L A T O R I O

O presente processo trata de pedido de resarcimento de créditos excedentes do IPI, relativos a insumos aplicados na industrialização de produtos destinados à exportação.

Na informação fiscal de fls. 89/90, o autuante assim descreveu e analisou os fatos ora em exame:

"A empresa, acima qualificada, pleiteia, através de Pedido de Restituição do IPI, resarcimento em espécie dos créditos excedentes, relativos a insumos aplicados na industrialização de produtos destinados a exportação, benefício fiscal instituído pelo artigo 5º do DL nº 491/69, restabelecido pelo art. 1º, inc. II e art. 2º da Lei nº 8.402/92.

2- Os produtos exportados pela requerente são aves frigorificadas (produtos congelados in natura acondicionados em embalagens plásticas), cortes de aves frigorificadas (produtos congelados in natura acondicionados em embalagens plásticas) e cortes de carne da espécie suína (idem aos produtos anteriores), classificados, respectivamente, nos códigos de posições NBM/SH 0207.2, 0207.4, 0207.5 (aves), 0203.2, 0206.4 e 0206.9 (suínos) da tabela do IPI - TIPI/88 e suas alterações, produtos constantes do capítulo 2, sujeitos à alíquota NY (não-tributável), logo, fora do campo de incidência do imposto (grifo nosso).

3- Segundo o entendimento administrativo, exarado através da IN DpRF nº 84/92, artigo 1º, parágrafo 3º, o beneplácito fiscal instituído pela Lei nº 8.402/92, artigo 3º, regulamentado pelo Decreto nº 541/92, não cabe sua aplicação aos produtos a serem exportados que figurem na tabela do IPI na situação de não-tributável. Usando da analogia, há de se entender que o mesmo conceito, deve-se dar a aplicação do artigo 1º, inciso II da Lei nº 8.402/92.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo n°: 13985.000040/92-21

Acórdão n°: 201-69.177

4- O incentivo fiscal instituído pelo art. 5º do DL n° 491/69, mantém e assegura os créditos provenientes dos insumos aplicados na industrialização de produtos exportados (grifo nosso).

5- Conforme disposição legal contida no RIFI/82 (aprov. pelo Dec. n° 87.981/82), aos artigos 1º, 2º e 3º, encontramos o conceito de industrialização estabelecido na legislação de regência do IPI, que preceituam:

"Art. 1º - O imposto incide sobre os produtos industrializados, nacionais e estrangeiros, obedecidas as especificações constantes da respectiva tabela de incidência."

"Art. 2º - Produto industrializado é o resultante de qualquer operação definida neste regulamento como industrialização, mesmo incompleta, parcial ou intermediária."

"Art. 3º - Caracteriza industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, apresentação ou a finalidade do produto ou o aperfeiçoar para consumo, tal como:

-I- ... omissis;

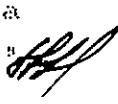
II ... omissis;

... ... omissis;

... ... omissis;

Parág. único ... omissis."

6- É conveniente salientar, anteriormente a 05.10.90 e após a data da publicação da Portaria MF n° 74/83 (D.O.U. 06.04.83), haver empresas que desenvolvem, entre outras, a exploração da atividade avícola, se beneficiarem cumulativamente dos incentivos fiscais na área do IPI, através de resarcimento em espécie (art. 5º do DL n° 491/69 c/c a Port. MF n° 74/83 e Port. MF n° 322/80) e na área do I.R.P.J., decorrente da exploração da atividade rural (art. 4º e seus parágs., art. 7º, parág. único do DL n° 902/69; art. 1º, art. 3º, parág. único e art. 5º do DL n° 1.382/74; Dec. n° 85.450/80 - RIR/80, arts. 56/58 e 278; dispositivos revogados em abril/90, passando a aplicar as regras contidas na Lei n° 8.023/90, art. 2º).





MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no.: 1.3985.000040/92-21  
Acórdão no.: 201-69.177

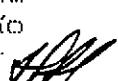
7- O incentivo fiscal, que contemplava a exploração da atividade rural, condicionava os produtos agrícolas a não sofrerem alterações da composição, da característica e da qualidade do produto in natura e não se admitia que ao produto configurasse procedimento industrial na matéria-prima obtida da exploração rural.

8- Vislumbra, face às disposições contidas na legislação do item precedente, que o objetivo legal era de contemplar os produtos que não sofressem processo de industrialização, ou seja, aqueles integrantes da tabela do IPI na figura de não-tributável (NT).

9- Os créditos do IPI provenientes da utilização de insumos na industrialização de produtos destinados a exportação e também da exploração da atividade rural, por serem setoriais, tiveram sua manutenção assegurada até 04.10.90, tendo em vista o disposto no art. 41 dos A.D.C.T da atual Constituição Federal.

10- Consoante ao disposto no art. 41, paráq. 1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, de que trata os incentivos fiscais, determina, "in verbis": "considerar-se-ão revogados após dois anos, a partir da data da promulgação da Constituição, os incentivos que não forem confirmados por lei."

11- Anteriormente à revogação do art. 5º do DL nº 491/69 pelo art. 41 dos A.D.C.T da atual C.F., verificamos através da Portaria MF nº 74/83 a ampliação da extensão do benefício fiscal concedido aos produtos do capítulo 2, incorporado ao regulamento do IPI ao art. 92, parágrafo único. Entretanto, vimos que até o presente momento esta legislação não fora restabelecida (para os produtos do cap. 2 da tabela do IPI que figuram na categoria de NT).

12- Diante disso tudo, considerando-se que o benefício fiscal pretendido não tem amparo legal, uma vez que o incentivo de que trata o art. 5º do Decreto-Lei nº 491/69, restabelecido pelo art. 1º, inc. II da Lei nº 8.402/92, contempla tão somente os produtos exportados industrializados, proponho o indeferimento do presente Pedido de Restituição do IPI, submetendo-o à apreciação do Sr. Delegado." 



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº: 13985.000040/92-21

Acórdão nº: 201-69.177

A fls. 91, a autoridade julgadora de primeira instância, com base nos argumentos expêndidos na referida informação fiscal, indeferiu o pedido de restituição do IPI.

Em tempo hábil, a Empresa ingressou com o recurso de fls. 94/97, no qual alega, em síntese, que:

a) todas as operações realizadas antes do congelamento do produto constituem um processo de industrialização;

b) a Portaria nº 74/83 estendeu aos produtos constantes do capítulo 2 da TIPI (onde se encontram classificados os produtos industrializados pela Recorrente) o benefício de creditamento do IPI relativo aos insumos nela utilizados;

c) a concessão do benefício acompanha regra prevista nos arts. 165 e 166 do CTN;

d) a Lei nº 8.402/92, ao restabelecer a manutenção e utilização do crédito do IPI, de que trata o art. 5º do Decreto-Lei nº 491/69, art. 1º, inciso I, o fez em relação não só ao decreto que especifica, mas em relação aos demais dispositivos que o complementam;

e) a própria Receita, através da sua Coordenadoria do Sistema de Tributação, entende pelo restabelecimento do referido incentivo.

Na decisão de fls. 104/106, o Superintendente da Receita Federal da 9ª RF negou provimento ao recurso, considerando que:

"5. Do exposto infere-se que a Lei nº 8.402/92, ao restabelecer, no art. 1º, inciso II, a manutenção e utilização dos créditos do IPI correspondentes aos insumos empregados na industrialização dos produtos exportados, o fez tão somente com relação àqueles de que tratou o art. 5º do Decreto-lei nº 491/69, objeto de esclarecimento no item 4 deste parecer, permanecendo revogado o incentivo concedido pela Portaria MF nº 74/83, assim como se acha igualmente revogado, com base também no paráq. 1º do art. 41 do ADCT, o parágrafo único do art. 92 do RIPI/82, que amparou a expedição da citada Portaria.

6. Desta forma, é de se responder à interessada que o IPI relativo aos insumos utilizados nos produtos exportados, classificados nos códigos



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº: 13985.000040/92-21  
Acórdão nº: 201-69.177

0207.21.0000 e 0207.41.0100 da TIFI/88 (item 1 deste parecer), não gera direito ao crédito do imposto desde 5 de outubro de 1990, não havendo, consequentemente, porque se falar em resarcimento do mesmo. Se o crédito em questão tiver sido registrado na escrita fiscal, deverá ser efetuado o seu estorno, de acordo com o disposto no art. 100, inciso I, alínea "a", do RIFI/82."

Inconformada, a Empresa interpôs o recurso de fls. 110/112, no qual repisa os argumentos anteriormente expêndidos.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº: 13985.000040/92-21

Acórdão nº: 201-69.177

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HENRIQUE NEVES DA SILVA**

Reservando meu entendimento sobre a questão de mérito discutida nestes autos, que já tive oportunidade de externar em julgamentos anteriores donde o crédito requerido pela Contribuinte foi deferido, junto-me à nova posição adotada por este Egrégio Conselho de Contribuintes, para não conhecer do recurso.

E que, como visto no relatório, da decisão do Delegado foi interposto recurso para o Superintendente da Receita Federal em face do ordenamento jurídico então vigente. E, este recurso, foi conhecido e negado pela autoridade então competente.

Desta decisão é que se insurge, agora, este novo recurso, que, após melhor análise, reputo como incabível, pois, em razão do primeiro, já se encontra exaurida a segunda instância assegurada à Contribuinte.

Pelo exposto, voto no sentido de não conhecer do recurso.

Sala das Sessões, em 05 de janeiro de 1994.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Henrique Neves da Silva".

HENRIQUE NEVES DA SILVA